

**EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.625.391 - CE
(2016/0202166-7)**

RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
EMBARGANTE : CONSTRUTORA MARQUISE S/A
ADVOGADOS : OTHONIEL SILVA MARTINS - CE004508
ANTÔNIO AUGUSTO PORTELA MARTINS E OUTRO(S) -
CE006556
FRANCISCA DAS CHAGAS LEMOS - CE009324
ALEXANDRE BRENAND DA SILVA - CE014916
ALICE GONDIM SALVIANO DE MACEDO - CE018158
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. CRÉDITO TRIBUTÁRIO, SUSPENSÃO DA EXIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. INEXISTENTE.

I - Na origem trata-se de mandado de segurança que objetiva a suspensão da exigibilidade dos tributos objeto dos Processos Administrativos n. 10380.451.481/2001-33 e 10380.457-552/2004-54. Na sentença julgou-se improcedente o pedido. No Tribunal *a quo* a sentença foi mantida.

II - Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão que desproveu agravo interno.

III - Os aclaratórios somente são cabíveis para a modificação do julgado que se apresentar omissos, contraditórios ou obscuros, bem como para sanar possível erro material existente na decisão, o que não aconteceu no caso dos autos.

IV - Embargos de declaração não se prestam ao reexame de questões já analisadas, com o nítido intuito de promover efeitos modificativos ao recurso, quando a decisão apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.

V - Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

Relator

